

1,5% não dá

VITÓRIA DA CATEGORIA

*Trabalhadores conquistam adiamento da reunião do Consu
Venha para assembleia às 10h no Ciclo Básico*



Rafael Jorge

O adiamento da reunião do Consu na terça-feira (29) foi fruto da mobilização e organização dos trabalhadores. De forma pacífica o movimento conquistou o adiamento da reunião que a reitoria tentou manter a qualquer custo. Destacamos a participação dos profissionais da Saúde que vem engrossando a greve demonstrando que a adesão vem crescendo no CAISM e HC.

Vale lembrar que a vitória é pontual e que o item não saiu da pauta! Devemos continuar mobilizados e argumentando com os conselheiros em nossas Unidades que retirem esse item de votação, pois o reajuste não deve ser discutido no Consu e sim na mesa de negociação entre Cruesp e Fórum das Seis.

Postura antidemocrática

Knobel sequer respondeu o ofício de solicitação de adiamento da reunião da bancada dos funcionários e estudantes no Consu e agora quer nos

acusar de antidemocráticos. O que a reitoria não diz é que seguiu ignorando as requisições da comunidade acadêmica, que solicitou o adiamento diante dos problemas de transporte ocasionados pela greve dos caminhoneiros e foi além, reconheceu o problema de mobilidade e aproveitou para suspender as atividades acadêmicas e afetando o expediente da maioria dos funcionários. Uma incontestável manobra para esvaziar a Unicamp e poder votar com tranquilidade a favor do índice de reajuste de 1,5%, sem manifestação dos funcionários e estudantes, sem a presença dos conselheiros contrários e sem a devida discussão sobre o item. Outro ponto que demonstra a total falta de sensibilidade foi a postura dos conselheiros que emitiram uma nota de repúdio ao movimento por reivindicar seus direitos. É evidente o atropelo para votar o reajuste de 1,5% para empurrar um reajuste insignificante goela abaixo

dos servidores. Ainda quer colocar na conta dos trabalhadores que não poderá rodar a folha de pagamento já com o reajuste. Dois pontos sobre nos culpabilizar: primeiro, como o reitor sabia que o índice ia ser aprovado? Segundo, o aumento de 1,5% que representaria cerca de R\$ 50,00 para a maioria dos trabalhadores é significativo diante do aumento do plano de saúde que foi de 7,98%? Knobel, quem age antidemocraticamente na Unicamp?

Construir nossa pauta específica

Hoje temos Assembleia Geral para discutirmos nossa pauta específica com base na pauta de 2017 disponível em nosso site (www.stu.org.br). Teremos também às 14h, reunião com conselheiros do Consu no IFCH.

Pela manhã, na Área da Saúde, às 7h, reunião no Centro Cirúrgico e ambulatórios HC, onde organização aumenta e a greve vem crescendo.

Calendário de luta

HOJE

7h: Reunião no Centro Cirúrgico e ambulatórios HC

10h: Assembleia Geral (Ciclo Básico)

14h: reunião com conselheiros do Consu (IFCH)

Gestão do Caism se contradiz ao propor "autogerenciamento"

Para burlar a greve dos profissionais da área de saúde, a administração do Caism está oferecendo o pagamento de horas extras aos funcionários. Essa prática, de execução de hora extras, foi proibida tempos atrás pela administração, sob o pretexto de falta de dinheiro, compensando o servidor com banco de horas para cobrir faltas. Os setores com funcionário ausente teriam que praticar o "autogerenciamento" absorvendo o trabalho excedente para continuidade do serviço sem a possibilidade de remanejamento de trabalhadores de outras áreas. Mas no momento, está também acontecendo o remanejamento

proibido, inclusive de áreas restritas como o caso da UTI.

Observem que isso caracteriza a naturalização da sobrecarga de serviço, tornando normal absorver cada vez mais serviço. A administração nunca se preocupou em contratação de mais funcionários ou convocação de pessoas para cobrir faltas através de pagamento de horas extras. Porém, agora na greve dos profissionais, a administração se encarrega de organizar e repor o quadro de funcionários para evitar o impacto na prestação dos serviços e desmobilizar a greve. Outra denúncia é que os gestores continuam agendando cirurgias eletivas, que

não são de urgência, mesmo diante de uma situação de greve que altera a rotina de atendimento.

O STU denuncia a atitude antisindical da gestão do Caism e orienta os trabalhadores a não aceitarem cobrir a ausência dos funcionários em greve, pois essa ação da administração não está preocupada com a continuidade dos serviços e melhoria das condições trabalho, estão apenas se tentando atacar a greve sem preocupação com a saúde dos trabalhadores que estão aumentando o expediente. Em caso de dúvidas ou setores que estejam desorganizados procurem os diretores do STU.

STU questiona taxa ilegal cobrada pela reitoria de 2% sobre os empréstimos consignados

Os empréstimos consignados em folha de pagamento são amplamente utilizados pelos servidores, permitindo acesso a crédito bancário com condições e juros mais baixos do que os praticados em outros contratos como empréstimo pessoal, cheque especial e cartão de crédito.

Acontece que a UNICAMP, se aproveitando das taxas mais baixas pelo baixo risco quase inexistente do desconto das parcelas direta na folha de pagamento, criou uma taxa fixa de 2%, sob o suposto argumento de custo operacional para realização dos contratos.

E, por óbvio, não há qualquer motivo para a criação e manutenção da taxa de custeio operacional, pois o serviço é realizado dentro da própria universidade e por servidores do próprio quadro, ou seja, não houve a necessidade do aumento de despesa ou criação de departamento específico para tanto.

Nos últimos 5 anos, os trabalhadores tiveram o desconto ilegal de aproximadamente R\$ 10 milhões que foram utilizados para o custeio de algumas políticas sociais e do Gabinete do Reitor. Os valores arrecada-

ANEXO I

RECEITAS TAXA CUSTEIO GGBS CONSIGNADOS		
EXERCÍCIO	UNICAMP DDO/GR	FUNCAMP 1130-GGBS
2012	R\$ 356.371,42	R\$ 1.399.181,56
2013	R\$ 220.563,21	R\$ 1.587.811,88
2014	R\$ 286.276,93	R\$ 1.760.879,31
2015	R\$ 455.824,56	R\$ 1.597.237,85
2016	R\$ 618.961,29	R\$ 1.766.021,69
2017	R\$ 400.165,41	R\$ 1.933.735,16
2018	R\$ 501.099,35	-


 MARCOS ZANATTA
 Coordenador Adjunto
 GGBS/UNICAMP
 Matr. 188077

dados financiaram, em sua maior parte, iniciativas de interesse da Reitoria e não dos trabalhadores. Além, do corte em 30% das gratificações, aumento do bandeirão e proposta indecente de um reajuste de 1,5%. A reitoria Marcelo/Teresa se apropria de forma arbitrária de 2% do valor das parcelas pagas pelos servidores que contraíram empréstimos consignado em um momento de maior vulnerabilidade para sanar seus compromissos. E pra piorar, o trabalhador é penalizado com mais esse desrespeito que onerado ainda mais seus já combalido orçamento doméstico Somente neste ano, 2018, o Gabinete do Reitor abocanhou mais de R\$ 500 mil para

suas despesas. É um absurdo o trabalhador ser prejudicado ainda mais com esse tipo de cobrança.

A ação tramita na 1ª vara da Fazenda Pública de Campinas, o Juiz determinou:

"O artigo 7º da Resolução GR-1/2014 dispõe que "No ato do pagamento às instituições consignatárias serão descontados para custeio do respectivo serviço, 2% pela Unicamp, durante todo o período de duração da operação". A norma, em sede de cognição sumária, encontra amparo no artigo 3º, § 2º, da Lei 10.820/2003 permite ao empregador descontar em folha de pagamento os custos operacionais decorrentes da realização do empréstimo consignado. Embora, aparentemente, a autarquia não esteja cumprindo o dever de discriminar o valor dos custos operacionais (ao menos não o está fazendo no demonstrativo de pagamentos (fls. 77/78), não se sabendo se tal informação é prestada de outra forma), isso não implica, por si, a ilegalidade da cobrança. Saber se há ou não custo operacional associado à operação é questão a ser decidida no mérito, após oitiva da parte contrária. Isto posto, indefiro a tutela de urgência. Cite-se para contestar no prazo legal".

O STU, segundo o advogado Dr. Ricardo Sobral, do departamento jurídico, identificou e demonstrou que o dinheiro dos trabalhadores já endividados está sendo transferido para a UNICAMP e para o Gabinete do Reitor, sendo utilizado ao gosto do Reitor e contra a Lei.

Portanto, a política defendida pela diretoria do STU é a de devolver todo o dinheiro cobrado indevidamente nestes anos, defendendo a categoria e garantindo seus direitos. Filie-se ao STU.